

O MODELO METODOLÓGICO QUADRIPOLAR EM PESQUISAS QUALITATIVAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS¹

Diego de Queiroz Machado²

Fátima Regina Ney Matos³

Maria Manuel Baptista⁴

Rafael Fernandes de Mesquita⁵

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo a exploração do modelo metodológico quadripolar de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), ressaltando sua importância em pesquisas no âmbito qualitativo. Isso é conduzido em reconhecimento ao desafio de se investigar fenômenos sociais sem cair na objetivação do que é subjetivo e sem reduzir a atividade de pesquisa à simples busca por leis e variáveis que regem os fenômenos sociais. Os quatro polos metodológicos para a prática científica (teórico, epistemológico, morfológico e técnico) podem ser utilizados tanto na investigação quantitativa como na qualitativa, sem que entrem em choque os diferentes paradigmas abraçados pelos dois tipos de abordagem. Em termos metodológicos, este trabalho se configura como um ensaio teórico, cujo princípio está nas reflexões acerca de sistemas ou modelos. Assim, diferentemente da forma classificatória convencional, não adota a divisão clássica de um artigo científico: a orientação é dada não pela busca de respostas verdadeiras, mas pelas questões que orientam o leitor a reflexões profundas. Em suma, conclui-se que a abordagem qualitativa, por ser eminentemente indutiva, aproxima-se perigosamente do senso comum e a utilização de modelos como o quadripolar pode evitar que o senso comum interfira no processo de construção do conhecimento científico, principalmente em virtude da clareza de definição dos polos.

PALAVRAS-CHAVE: Modelo metodológico quadripolar; Abordagem qualitativa; Ciências Sociais; Fenômenos sociais; Senso comum.

¹ Trabalho submetido em 22/04/18 e aprovado em 06/06/18. Para citar este artigo: MACHADO, D. de Q; MATOS, F. R. N; BAPTISTA, M. M; MESQUITA, R. F. de. O modelo metodológico quadripolar em pesquisas qualitativas nas ciências sociais. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 34, n. 1, [in press], jan./jul., 2019. DOI: 10.33148/CES2595-4091v.34n.120191736. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

² Universidade Federal do Ceará - UFC. E-mail: diegoqueirozm@yahoo.com.br

³ Universidade Potiguar e Instituto Superior Miguel Torga. E-mail: fneymatos@globo.com

⁴ Universidade de Aveiro. E-mail: mbaptista@ua.pt

⁵ Universidade Potiguar e Instituto Federal do Piauí. E-mail: rafael.fernandes@ifpi.edu.br

THE QUADRIPOLAR METHODOLOGICAL MODEL IN QUALITATIVE RESEARCH IN THE SOCIAL SCIENCES

ABSTRACT

This essay aims to explore the quadripolar methodological model by Bruyne, Herman & Schoutheete (1977), emphasizing its importance to support qualitative research. This is carried out by recognizing the challenge of investigating social phenomena without falling in the objectification of what is subjective, and without reducing the research activity to the simple search for laws and variables that drive social phenomena. The four methodological poles for scientific practice (theoretical, epistemological, morphological and technical) can be used both in quantitative and qualitative research, without bringing into conflict the different paradigms embraced by the two types of approach. In methodological terms, this study is configured as a theoretical essay, whose principle relies on reflections about systems or models. Thus, unlike the conventional classificatory form, it does not adopt the classical division of a scientific article: orientation is driven not by the search for true answers, but by the questions that guide the reader to deep reflections. In summary, the study concluded that the qualitative approach, because it is eminently inductive, dangerously approximates to common sense, and that the application of models like the quadripolar can prevent common sense from interfering in the process of building up scientific knowledge, mainly in virtue of clearly defined poles.

KEYWORDS: Quadripolar methodological model; Qualitative approach; Social sciences; Social phenomena; Common sense.

EL MODELO METODOLÓGICO CUADRIPOLAR EN INVESTIGACIONES CUALITATIVAS EN LAS CIENCIAS SOCIALES

RESUMEN

Este ensayo tiene como objetivo la exploración del modelo metodológico quadripolar de Bruyne, Herman y Schoutheete (1977), resaltando su importancia en investigaciones en el ámbito cualitativo. Esto es impulsado en reconocimiento por el desafío de investigar fenómenos sociales sin caer en la objetivación de lo que es subjetivo y sin reducir la actividad de investigación a la simple búsqueda de las leyes y variables que rigen los fenómenos sociales. Los cuatro polos metodológicos para la práctica científica (teórico, epistemológico, morfológico y técnico) pueden ser utilizados tanto en investigaciones cuantitativas como en cualitativas, sin entrar en el impacto de los diferentes paradigmas abrazados por los dos tipos de enfoque. En términos metodológicos, este trabajo se configura como un ensayo teórico, cuyo principio se encuentra en las reflexiones sobre los sistemas o modelos. Así, diferente de la forma convencional de clasificación, no adopta la división clásica de un artículo científico: la orientación se da no por la búsqueda de respuestas reales, sino por las cuestiones que orientan al lector a las reflexiones profundas. En resumen, el enfoque cualitativo, siendo eminentemente inductivo, se aproxima peligrosamente de sentido común, y el uso de modelos como el quadripolar pueden prevenir que el sentido común interfiera en la construcción del conocimiento científico, principalmente debido a la claridad de la definición de los polos.

PALABRAS CLAVE: Modelo metodológico quadripolar. Enfoque cualitativo. Ciencias sociales. Fenómenos sociales. Sentido común.

1 INTRODUÇÃO

Popper (1975, p. 321) defende que “a tarefa da ciência é em parte teórica — explicação — e em parte prática — predição e aplicação técnica”, sendo que tal papel da ciência pode ser considerado em um contexto geral para todos os campos do conhecimento científico. Contudo, os componentes que interagem na construção dos fatos científicos diferem quanto ao fenômeno pesquisado, o que pode ser um fenômeno físico/material ou humano/social, tornando-se imprescindível o tratamento correto de cada um dos tipos de fenômenos. Assim aponta Ladrière (1977, p. 10):

Se decidimos tratar os fatos sociais “como coisas”, isto é, limitarmos ao que as analogias formais entre sistemas materiais e fenômenos sociais podem ensinar, rejeitamos como não-saber tudo o que é da ordem das significações, das intencionalidades, das finalidades, dos valores, em suma, tudo o que constitui a face interna da ação.

Desta forma, para fenômenos de caráter humano/social, reconhece-se a necessidade de utilização de um método que possibilite a manutenção da cientificidade de toda a pesquisa, condição imposta para todo o esforço de pesquisa que deseje ser reconhecido como ciência. O que se espera é uma compreensão histórica e interpretativa dos fenômenos combinada com uma compreensão lógica e objetiva.

Com este intuito e reconhecendo o desafio de investigar fenômenos sociais sem cair na objetivação do que é subjetivo, reduzindo a atividade de pesquisa à simples busca por leis e variáveis que regem seus fenômenos, este ensaio tem como objetivo a exploração do modelo metodológico quadripolar, de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), ressaltando sua importância em pesquisas no âmbito qualitativo. Tal modelo metodológico estrutura a dinâmica da prática de pesquisa nas ciências sociais em quatro polos — morfológico, epistemológico, teórico e técnico. Assim, “toda pesquisa engaja, explícita ou implicitamente, estas diversas instâncias; cada uma delas é condicionada pela presença das outras e esses quatro polos definem um campo metodológico que assegura a cientificidade das práticas de pesquisa” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p. 35).

É importante enfatizar que o ensaio caracteriza-se por uma natureza reflexiva e interpretativa, guiada pelos questionamentos que levam o leitor a profundas reflexões (MENEGHETTI, 2011) e, nesta direção, a estética do ensaio tem matizes próprias (BENJAMIN, 1994).

2 PESQUISA QUALITATIVAS E O MODELO METODOLOGICO QUADRIPOLAR

O campo científico é vasto e diversificado em suas disciplinas. Tendo em comum a necessidade de um tratamento metodológico na sua exploração, essas disciplinas variam, dentre outras características, em termos de complexidade dos sistemas ou objetos para os quais estão voltadas. Nesse sentido, uma hierarquia geral desses sistemas é apresentada por Boulding (1956), conforme segue: (1) os quadros estáticos; (2) sistemas dinâmicos com movimentos predeterminados; (3) controle de circuito fechado ou sistemas cibernéticos; (4) sistemas de auto-controle, homeostáticos, como a célula biológica; (5) os vegetais; (6) os animais; (7) o ser humano; (8) as organizações humanas e a sociedade; e, por fim, (9) os sistemas transcendentais. Tendo como referência esse modelo, quanto maior o seu nível, maior a complexidade do sistema e a pesquisa em ciências sociais, puras ou aplicadas, encontra-se em um espectro de localização nos últimos níveis de complexidade, localizando-se mais próxima do nível 8.

Dessa maneira, apesar das inúmeras críticas e debates que negligenciam o caráter científico das investigações sociais (DENZIN; LINCOLN, 2006), o que se deve destacar é a maior complexidade do seu objeto em relação ao das ciências naturais, como a física e a biologia. Neste cenário, a pesquisa social é tida como um conjunto de “tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica” (MINAYO, 2004, p. 47).

Ainda no que se refere às escolhas metodológicas, Burrell e Morgan (2005) apontam tais escolhas como resultado de três conjuntos de pressupostos relativos às pesquisas em ciências sociais. O primeiro conjunto é formado pelos pressupostos de natureza ontológica, que dizem respeito à verdadeira essência do fenômeno sob investigação, ou seja, se os fenômenos investigados são objetivos e externos ao indivíduo ou de natureza subjetiva, como produtos de sua própria consciência. Já o segundo conjunto de pressupostos possuem natureza epistemológica, pois apontam para a natureza do conhecimento que pode ser obtido, sendo este sólido, real e tangível ou subjetivo, baseado na experiência única e pessoal. Por fim, o terceiro conjunto de pressupostos é referente à natureza humana e sua relação com o ambiente, podendo o homem ser visto apenas como produto do meio ou, em contrapartida, como um

agente transformador desse ambiente. Considerando tais pressupostos, reconhece-se que toda investigação social caminha entre os polos extremos de seus conjuntos ontológico, epistemológico e de natureza humana:

Os três conjuntos de pressupostos acima têm implicação direta de natureza metodológica. Cada um tem importantes conseqüências na maneira como se tenta investigar e obter "conhecimento" do mundo social. Diferentes ontologias, epistemologias e modelos de natureza humana levam os cientistas sociais a diferentes metodologias. A possível gama de escolhas é certamente tão grande que o que é visto como ciência pelo tradicional "cientista natural" cobre apenas uma pequena margem de opções. É possível, por exemplo, identificar metodologias empregadas em pesquisas na área de ciência social que tratam do mundo social como um mundo natural, como sendo sólido, real e externo ao indivíduo, e outros que percebem o mundo social como sendo muito mais maleável, pessoal e de qualidade mais subjetiva (BURRELL; MORGAN, 2005, p. 2).

O campo das ciências sociais, portanto, reconhece a complexidade e historicidade dos sistemas aos quais os fenômenos que lhes são tema estão vinculados, demandando a utilização de abordagens metodológicas que permitam um tratamento aprofundado desses fenômenos, como é o caso da abordagem qualitativa.

Mesmo recebendo críticas pesadas e não tendo ainda, segundo Flick (2014), alcançado o status de método, uma vez que é considerada por muitos um primo distante da verdadeira ciência que seria a pesquisa quantitativa (CIEARY, HORSFALL; HAYTER, 2014), é inegável a contribuição que a pesquisa qualitativa trouxe, em especial, no contexto das ciências sociais. Além disso, como apontado por Minayo (2004), os objetos trabalhados pelas ciências sociais, ou seja, a sociedade e seus indivíduos, são de caráter histórico, dotados, por isso, de uma consciência histórica. Neste sentido, existe um relacionamento entre os elementos de sua investigação, sujeito e objeto, relacionamento esse que perpassa um cunho essencialmente qualitativo.

Considerando a pesquisa qualitativa como uma "abordagem em vez de um determinado conjunto de técnicas" (MORGAN; SMIRCICH, 1980, p. 491) e um "conceito genérico para diversas formas de investigação" (MERRIAM, 1988, p. 5), pode-se destacar como características comuns: a visão de que a realidade objetiva é construída pelas interações sociais; a valorização do papel do pesquisador; a utilização de trabalho de campo; uma estratégia de pesquisa indutiva; e resultados descritivos como produto. Flick, Kardorff e Steinke (2004) destacam quatro pressupostos teóricos básicos da pesquisa qualitativa, sendo

eles: a realidade social como um produto compartilhado da atribuição de significados; assume-se a natureza processual e a reflexividade da realidade social; os significados subjetivos dão relevância aos elementos objetivos da vida; e a reconstrução da realidade social através de sua natureza comunicativa como ponto de partida para a pesquisa.

Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) propõem quatro polos metodológicos para a prática científica, que podem ser utilizados tanto na investigação quantitativa como na qualitativa, sem que entrem em choque os diferentes paradigmas abraçados pelos dois tipos de abordagem. No Quadro 1 são descritos cada um desses polos.

Quadro 1 - Os quatro polos metodológicos da prática científica

Polos metodológicos	Descrição
Polo teórico	Guia a elaboração das hipóteses e a construção dos conceitos. É o lugar da formulação sistemática dos objetos científicos. Propõe regras de interpretação dos fatos, de especificação e de definição das soluções provisoriamente dadas às problemáticas. É o lugar de elaboração das linguagens científicas, determina o movimento da conceitualização.
Polo epistemológico	Exerce uma função de vigilância crítica. Ao longo de toda a pesquisa ele é a garantia da objetivação – isto é, da produção – do conhecimento científico, da explicitação das problemáticas da pesquisa. Decide, em última instância, das regras de produção e de explicação dos fatos, da compreensão e da validade das teorias. Explicita as regras de transformação do objeto científico, critica seus fundamentos.
Polo morfológico	Enuncia as regras de estruturação, de formação do objeto científico, impondo-lhe certa ordem entre seus elementos. Permite colocar um espaço de causação em rede onde se constroem os objetos científicos, seja como modelos/cópias, seja como simulacros de problemáticas reais.
Polo técnico	Controla a coleta dos dados, esforça-se por constatar-los para poder confrontá-los com a teoria que os suscitou. Exige precisão na constatação mas, sozinho, não garante a sua exatidão. Tem em sua vizinhança modos de investigação particulares: estudos de caso, estudos comparativos, experimentações, simulação. Esses modos de investigação indicam escolhas práticas pelas quais os pesquisadores optam por um tipo particular de encontro com os fatos empíricos.

Fonte: Adaptado de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 35-36).

Em termos de estruturação, a exploração de cada um desses polos na pesquisa dos fenômenos é feita em partes distintas. Tal distinção se dá apenas em vista da utilização de aspectos que são particulares a cada um dos polos, o que não remete necessariamente a uma separação dos polos, já que é a interação entre eles que dá forma ao conjunto da prática

metodológica. A Figura 1 apresenta os aspectos particulares que constituem cada um desses polos.

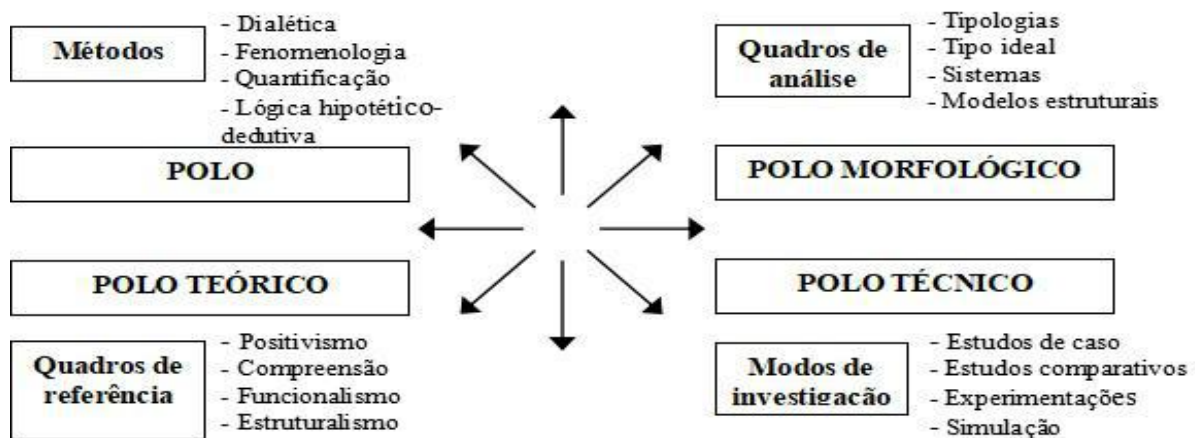


Figura 1 - Aspectos particulares dos polos metodológicos da prática científica

Fonte: Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 36).

A relação de cada um desses aspectos particulares no âmbito das pesquisas qualitativas, sejam métodos, quadros de análise, referência ou modos de investigação é feita ao longo das seções que compõem este ensaio, sempre se reconhecendo as interações entre eles e tendo em vista a investigação de fenômenos sociais.

3 POLO TEÓRICO

Toda teoria, definida por Hodges (1997) como um conjunto de sentenças, remete a uma fórmula com as variáveis conhecidas. Desse modo, apontadas por Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) como uma necessidade para o pesquisador em ciências sociais, as teorias são associadas ao progresso da própria pesquisa, sendo este progresso não apenas uma acumulação de fatos científicos, mas uma transformação dos sistemas teóricos: "Se se quer chegar a conclusões pertinentes que transcendam o senso comum, não se pode tomar a liberdade de negligenciar o polo teórico inerente a toda pesquisa empírica válida" (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p. 101-102).

Assim, de forma geral, ressalta-se o papel das teorias na análise científica dos fenômenos, conforme assertiva de Popper (2004, p. 61-62):

As teorias científicas são enunciados universais. Como todas as representações linguísticas, são sistemas de signos ou símbolos. [...] As teorias são redes, lançadas para capturar aquilo que denominamos "o mundo": para racionalizá-lo, explicá-lo, dominá-lo. Nossos esforços são no sentido de tornar as malhas da rede cada vez mais estreitas.

No caso específico das ciências sociais, porém, a utilização de teorias na captura e entendimento dos fenômenos do mundo não visa a formulação de enunciados universais, já que, conforme Santos (1988, p. 53), "as ciências sociais não podem estabelecer leis universais porque os fenômenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados". Sua função, portanto, remete à construção do fenômeno em uma perspectiva de ruptura com a visão pré-científica estabelecida, como apontam Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), sendo as teorias a sua representação abstrata, ainda que esta última seja reconhecidamente parcial (GRANGER, 1994).

Vale ressaltar que o processo de teorização, dentro do modelo quadripolar de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), não se dá de forma isolada e estática, mas em uma dinâmica de interação com os demais polos da prática científica. Como apontam os autores:

Face ao polo epistemológico, a teoria é um conjunto significativo pertinente a uma problemática da qual ele apresenta uma solução válida; face ao polo morfológico, a teoria é um conjunto coerente de proposições que fornecem um quadro explicativo e compreensivo; face ao polo técnico, a teoria é um conjunto de hipóteses falsificável, testável. O polo teórico é um lugar de confluência dos outros polos metodológicos: o epistemológico com sua exigência de pertinência, o morfológico com sua exigência de coerência, o técnico com sua exigência de estabilidade. Essas três exigências condicionam o valor das teorias – “validade” e “verdade” (a validade concerne o domínio formal, a verdade o domínio material ou “fatural”). Uma teoria válida será portanto idealmente ao mesmo tempo falsificável, coerente e pertinente (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p. 114).

Desse modo, assevera-se a necessidade de uma construção e reconstrução constante do escopo teórico no exercício da pesquisa, tendo em vista que a teorização prévia ou isolada dos demais polos pode se mostrar insuficiente para a fundamentação e caracterização dos fenômenos sociais. Para a construção dentro da abordagem qualitativa, destaca-se o paradigma ou quadro de referência da compreensão, ou interpretacionismo, caracterizado por Barbosa et al. (2013) como aquele que admite ser a realidade um fruto da complexidade do mundo social e da produção de sentido humano. Neste sentido, a realidade não pode ser mensurada ou analisada por meio de simples relações causais ou modelos cartesianos, como

ocorre com o mundo natural ou físico. Tal destaque dado ao paradigma interpretacionista deriva da definição apresentada por Denzin e Lincoln (2006, p. 21), que assinala a pesquisa qualitativa como comprometida com a interpretação da experiência humana, conforme segue:

A pesquisa qualitativa é um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contradisciplinar, que atravessa as humanidades, as ciências sociais e as ciências físicas. A pesquisa qualitativa é muitas coisas ao mesmo tempo. Tem um foco multiparadigmático. Seus praticantes são suscetíveis ao valor da abordagem de múltiplos métodos, sendo um compromisso com a perspectiva naturalista e a compreensão interpretativa da experiência humana.

O quadro de referência da compreensão, cujo objetivo é “apreender e explicitar o sentido da atividade social individual e coletiva enquanto realização de uma intenção, [...] empenhando-se em investigar fenômenos singulares ou únicos” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p. 139-140) possui, portanto, uma relação próxima com a abordagem qualitativa, defendida a partir da perspectiva da compreensão interpretativa da realidade humana e social.

4 POLO EPISTEMOLÓGICO

De acordo com Burrell e Morgan (2005), a epistemologia está relacionada com as bases do próprio conhecimento, mais especificamente sobre como o indivíduo poderia começar a entender a realidade investigada e transmitir este conhecimento para seus semelhantes. Sendo tarefa da epistemologia fornecer regras às ciências sociais, a observação de seus princípios, sejam estes gerais ou internos, é importante para a consolidação tanto dos fatos produzidos na pesquisa como dos métodos e procedimentos lógicos de sua construção. Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) apresentam os princípios gerais de epistemologia conforme quadro 2.

Quadro 2 – Princípios de epistemologia geral

Princípios gerais	Descrição
Princípio da causalidade ou do neodeterminismo	Caracteriza o aspecto nomotético das ciências que colocam a existência de conexões entre os fenômenos: ligações lógicas de proximidade, de conjunção, de sucessão, de correlação, de covariação, de causação.
Princípio de finalidade	Remete ao pressuposto de que os indivíduos, grupos e mesmos as estruturas têm um objetivo, uma finalidade imanente.
Princípio de conservação	Convida a procurar o traço de fenômenos que não se manifestam mais num determinado nível, supondo sua transformação, sua passagem para um outro nível no qual a investigação deverá segui-los para reencontrá-los.
Princípio de negligenciabilidade	Permite distinguir o essencial do acessório e autoriza uma certa forma de redução operatória. Um paradigma desse princípio é que o contexto de análise do objeto permaneça constante. Esse princípio é indispensável para selecionar as teorias, as hipóteses, o material das informações empíricas.
Princípio de concentração	Postula que certos níveis de análise, certos domínios empíricos contêm mais informações para a investigação do que outros. É o princípio que está na base dos estudos de caso, que concentram a pesquisa num pequeno número de casos, de variáveis ou de elementos, porque esses casos são considerados muito significativos, constituindo até mesmo amostras privilegiadas.
Princípio de economia	Obriga a um rigor operatório mais sistemático, a não multiplicar inutilmente as hipóteses e as medidas. Previne contra o erro da precisão supérflua e visa a reduzir a complexidade do sistema explicativo, a encontrar as leis, as teorias, as estruturas mais simples.
Princípio de identificação	Trata-se de subsumir fenômenos aparentemente díspares a teorias, leis, estruturas comuns. É o motor da análise comparativa, que deve pensar as diferenças num sistema coerente de articulação das singularidades. Esse princípio rompe com as aparências imediatas, busca o diverso sob o semelhante, o idêntico sob o diferente. É um princípio dialético.
Princípio da validade transitória	Está na base das ciências empíricas modernas concebidas como construções hipotético-dedutivas nas quais as teorias são consideradas verdadeiras enquanto nenhum fato vem falsificá-las. Toda teoria permanece falsificável, todo conceito, todo objeto científico pode ser transformado, abandonado, se deixar de oferecer uma solução satisfatória para as problemáticas que o suscitaram.
Princípio da correspondência	Toda teoria nova deve conter a antiga sob a forma de aproximação. Esse princípio tem a vantagem de forçar o pesquisador a uma teorização real sem cair nas facilidades “pragmáticas” imperdoáveis do empirismo metodológico, que abandona uma hipótese por outra por razões de pura comodidade, de pura contingência, sem tentativa de integração. Exige, portanto, uma congruência dos métodos e resultados de toda pesquisa científica com os princípios e as leis postas em evidência nos outros ramos da ciência.

Fonte: Adaptado de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 45-48).

Na pesquisa científica, o princípio da causalidade é reconhecido por Palácios (1994) como um aspecto comum a todo empreendimento científico, embora no caso dos fenômenos sociais remeta a uma complexidade de sua determinação, tendo em vista os processos subjetivos presentes no seu desenvolvimento e as possíveis falhas de caracterização das

variáveis sociais relativas aos fenômenos estudados, que podem vir a ser ambíguas ou imprecisas. Assim, dentro dessa complexidade, anteriormente mencionada, não há efeito de causa, pois uma causa pode gerar inúmeros efeitos e um efeito ser decorrente de inúmeras causas.

Quanto ao princípio da finalidade, este não remete aqui à finalidade da pesquisa em si: “a finalidade última de sua investigação, sobre os usos sociais dessa investigação, sobre os compromissos implicados nos resultados” (Rios, 2006, p. 84). Do contrário, o que se alude à sua aplicação é o reconhecimento das finalidades das estruturas que são investigadas, sendo estas as suas razões de ser ou, nas palavras de Kant (2008, p. 24), “o conceito de um objeto enquanto encerra, ao mesmo tempo, a base da realidade desse objeto”. Já a distinção entre as informações essenciais para a investigação social, assim como a exploração dos fenômenos a partir de diferentes fontes e uma sistematização rigorosa da pesquisa, remetem ao uso dos princípios de conservação, negligenciabilidade, concentração, economia e identificação.

Quanto aos resultados alcançados em pesquisas qualitativas de fenômenos sociais, reconhecem-se suas possibilidades de avaliação constante e possíveis modificações circunstanciais. Tal reconhecimento é consequência do princípio da validade transitória, sob o qual não se admitem conclusões estáticas. Mesmo que esse aspecto possa ser apontado como causa de invalidez do processo de investigação, ao se considerar que toda verificação deve ser conclusiva (POPPER, 2004), o que se espera com a sua alusão é ressaltar as características dinâmicas dos fenômenos investigados, assim como do campo empírico escolhido, o que de forma alguma invalida os achados da pesquisa, mas reforça a complexidade de suas relações.

Finalmente, o princípio da correspondência é base da construção teórica dos fenômenos e utilização dessa construção na investigação de campo associada à análise das informações coletadas, processo que promove a transição entre as teorias, das utilizadas na fundamentação teórica do estudo para as construídas com a análise dos dados coletados em campo, que culminam na construção de novos objetos científicos. Para a construção destes objetos científicos e sua consequente ruptura com as ideias de senso comum que lhes são referentes, destaca-se a fenomenologia como método geral predominante nas abordagens qualitativas. “Segundo a etimologia, a fenomenologia é o estudo ou a ciência do fenômeno” (DARTIGUES, 1992, p. 1), sendo o fenômeno definido por Heidegger (2005, p. 58) como “o que se revela, o que se mostra em si mesmo”. Tal definição, a priori, destaca a abrangência do método fenomenológico no campo científico, demandando uma delimitação das suas

características e possibilidades, tendo em vista sua compreensão: “A compreensão da fenomenologia depende unicamente de se apreendê-la como possibilidade” (HEIDEGGER, 2005, p. 69-70).

Neste sentido, Dartigues (1992) apresenta a fenomenologia sob quatro possibilidades: prática científica; metodologia da compreensão; filosofia crítica das ciências; e, por fim, estética da existência. Tendo em vista as particularidades do polo teórico dentro do paradigma interpretacionista e do quadro de referência da compreensão, destaca-se a característica da fenomenologia como metodologia da compreensão:

Observaremos, pois, de início que convém falar de compreensão quando o fenômeno a compreender é animado por uma intenção. Não diremos de um geólogo que ele procura compreender uma pedra; sua tarefa será somente a de analisar sua composição e determinar a época de sua formação, investigar sua proveniência, etc. Bem diferente será, ao contrário, a atitude de um arqueólogo ao encontrar um sílex lascado da idade paleolítica: o sílex não remete somente às leis físico-químicas e geológicas, como todas as pedras, mas à intenção do homem pré-histórico a que serviu de ferramenta. Não temos mais a ver, conseqüentemente, com um objeto natural, mas com um objeto cultural dotado de uma significação, porque a forma que lhe foi dada trai a intenção do artesão. Desse objeto diremos que deve ser compreendido, isto é, situado no meio humano que lhe dá seu sentido, que materializa nele a intenção em direção à qual procuramos remontar (DARTIGUES, 1992, p. 51).

Ao explorar a definição de ciência dos fenômenos, Heidegger (2005, p. 65) traduz o exercício da fenomenologia como: “apreender os objetos de tal maneira que se deve tratar de tudo que está em discussão, numa demonstração e procedimentos diretos”, sendo esta totalidade ressaltada atingida em um movimento de análise que vai da realidade concreta do fenômeno para o que é sua essência. “O rigor da observação exige uma metodologia que não dissocie a pesquisa das essências dos procedimentos de constatação dos fatos, a teoria não deve ser separada da experiência; esta é a lógica da abordagem fenomenológica” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p. 79). Assim, a utilização da fenomenologia como processo discursivo deve levar em consideração uma constante crítica sobre aparências empíricas, crítica que visa a sua compreensão e não sua exclusão, remetendo a uma ruptura com quaisquer interpretações espontâneas, tendo em vista o conhecimento do que é essência, ou seja, do que é condição para o fenômeno.

5 POLO MORFOLÓGICO

Pensar a pesquisa científica é pensar também na qualidade de sua abordagem. Construção de teorias, coletas de dados, sua análise crítica e a estruturação de objetos científicos têm, neste sentido, sua presença qualificada rigorosamente como consequência do tratamento metodológico que lhes são dados. Compete, então, ao polo morfológico da pesquisa científica, sob o modelo quadripolar de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), esse tratamento metodológico, feito a partir dos quadros de análise utilizados.

Por desempenharem um “papel paradigmático implícito” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p. 35), os quadros de análise devem ter sua utilização na pesquisa em decorrência do quadro de referência escolhido, mantendo assim a coerência das escolhas metodológicas do estudo. Desta forma, tendo em vista a estreita proximidade entre quadro de referência da compreensão e as pesquisas no âmbito qualitativo, através do paradigma interpretacionista, reconhece-se, dentre as alternativas propostas no modelo quadripolar, o tipo ideal como quadro de análise mais importante neste contexto.

Weber (1992, p. 137) define o tipo ideal como um “quadro de pensamento que reúne determinadas relações e acontecimentos [...]. Pelo seu conteúdo, essa construção reveste-se do caráter de uma utopia, obtida mediante a acentuação mental de determinados elementos da realidade”. Constrói-se, portanto, um tipo ideal a partir da acentuação de diversos pontos de vista, ordenados para formar um quadro homogêneo de pensamento acerca do fenômeno investigado. Seu objetivo, conforme Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 181):

[...] não é o de recensear todas as determinações de um fenômeno, mas de tornar sua existência “inteligível” de um ponto de vista científico. Ele ultrapassa a abordagem “generalizadora”, que visa o estabelecimento de conexões constantes entre vários fatores (isto é, leis). Essa abordagem constitui apenas um trabalho preparatório útil, ela não esgota a explicação dos fenômenos, sua “compreensão”. [...] As leis articulam conceitos gerais que destacam das constantes através das séries de acontecimentos comparáveis e permanecem limitadas a generalidades ou a regularidades empíricas. O tipo ideal, em contrapartida, na investigação do acontecimento singular, constitui essa “constelação” de conexões casuais-significativas que explica um fenômeno social. O interesse se dirige para o acontecimento individualizado apreendido em sua totalidade e “significativo em sua singularidade”.

Neste sentido, não é intuito da utilização do quadro de análise do tipo ideal a reprodução fiel da realidade analisada, realidade esta que, dentro do quadro de referência da

compreensão, do paradigma interpretativista e da abordagem qualitativa, não existe por si só, mas é resultado da reconstrução subjetiva de seus sujeitos. O tipo ideal, portanto, se relaciona com a noção de compreensão, em uma expressão de tentativas que é comum a todas as ciências, a de tornar perceptível o conhecimento (ARON, 1965). Assim, corroborando Bertero (1981), a utilização do tipo ideal não se constitui um fim em si mesmo para a pesquisa, mas apenas, única e exclusivamente, como um meio para o conhecimento do fenômeno estudado.

6 POLO TÉCNICO

Um trabalho de investigação científica não se limita aos seus aspectos de conceituação, mas na análise das relações entre problemas e teorias. O processo de conceituação, neste caso, é visto como um movimento de expansão a partir de sua origem e, por fim, de redução, a partir do confronto entre conceitos e dados da pesquisa:

Trabalhar um conceito é fazer variar sua extensão e compreensão, generalizá-lo pela incorporação de traços de exceção, exportá-lo para fora de sua região de origem, tomá-lo como modelo ou, inversamente, procurar-lhe um modelo, em resumo, conferir-lhe, progressivamente, por transformações regradas, a função de uma forma (CANGUILLEM, 2012, p. 218-219).

Neste sentido, o que se espera da conceituação em pesquisas qualitativas, tendo em vista a sua relação com o quadro de análise do tipo ideal, anteriormente descrito, é uma expansão dos fenômenos sociais investigados e sua posterior redução em termos de conceitos, a partir do confronto destes com as informações coletadas no polo técnico. Neste processo de investigação, o tipo ideal tem como função ser referência para os dados coletados no polo técnico da pesquisa, atuando na junção desse polo com o polo morfológico. Nas palavras de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 183):

Ele serve de ponto de referência ao qual podem ser comparados os conteúdos significativos dos tipos empíricos observados na realidade: ele guia a coleta das informações, permite medir em que estas últimas se afastam do típico e esclarecer a singularidade dos acontecimentos, seu perfil de indicador.

Assim, tendo como característica a investigação de casos enquanto elementos originais e específicos, tratando da individualidade dos fenômenos (WEBER, 2004), o paradigma

interpretacionista encontra grande relação com o modo de investigação do estudo de caso, definido por Yin (2004, p. 32-33) como sendo:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. [...] A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

Neste sentido, o apoio da teoria utilizada na construção dos quadros de análise aplicados ao caso estudado favorece a consistência das investigações desenvolvidas, como destacam Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 227): “Os estudos de casos rigorosos não devem se limitar a uma descrição, por mais documentada que seja, mas apoiar-se em conceitos e hipóteses; devem ser guiados por um esquema teórico que serve de princípio diretor para a coleta dos dados”.

Dessa maneira, a validade de constructos é obtida com a utilização de múltiplas fontes de evidências (documentos, entrevistas e observações), assim como o encadeamento dessas evidências e a revisão dos dados. Contudo, é preciso destacar que mesmo a observação de aspectos de validade e confiabilidade não atribui ao estudo de caso poder de generalização, a não ser de cunho limitado e com uma validade transitória, como apontam Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 227):

Tais estudos têm, por si mesmos, um caráter “particularizante” e seu poder de generalização é limitado na medida em que a validade de suas conclusões permanece contingente. Essas conclusões não se revelam necessariamente corretas em outros casos, mesmo semelhantes, e fontes de diferenças distintas das contidas no caso escapam inteiramente à análise.

Na pesquisa qualitativa, em essência, não se procura generalizar ou inferir dados de amostras a populações (YIN, 2004), mas há possibilidades de alcançar uma generalização analítica, uma contribuição significativa à formação do conhecimento, por meio da expansão dos campos teóricos à medida que a investigação compara os padrões de uma teoria previamente desenvolvida com os resultados empíricos do caso, podendo testá-la, confirmando, desafiando ou ampliando-a (YIN, 2010).

7 CONCLUSÕES

Neste estudo foi realizado um ensaio teórico científico, cujo princípio está nas reflexões acerca de sistemas ou modelos. Diferente da forma classificatória convencional, não adota a divisão clássica de um artigo científico, pois a orientação é dada pelas questões que orientam o leitor a reflexões profundas, não pela busca de respostas verdadeiras. Assim, permite-se, em resposta ao objetivo desse ensaio, fugir aos padrões usuais de um texto conclusivo, optando-se por trazer autores para fundamentar o uso do modelo quadripolar de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977).

A ciência, entendida como um conjunto complexo e sistemático de conhecimentos, tornou o homem um animal singular. Porém, não é possível dissociar completamente o conhecimento empírico do conhecimento científico. Popper (1975, p. 42) ensina que “toda ciência e toda filosofia são senso comum esclarecido”, tendo início no mesmo ponto partida e sendo basilar na construção do conhecimento científico, pois “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2004, p. 17).

Em ciência nada é dado, tudo se constrói, vinculando teoria e realidade empírica (BACHELARD, 1996). O senso comum “[...] é sempre nosso ponto de partida, mas deve ser criticado” (POPPER, 1975, p. 66), pois “seus argumentos não se baseiam em coisa alguma, a não ser na vida como um todo” (GEERTZ, 2007, p. 114). Salienta-se, portanto, que este movimento de todo o fazer ciência, ao partir do senso comum, mas buscando quebrar vínculos com ele mesmo, merece ser melhor reconhecido pelo próprio pesquisador. Dessa forma, o exercício da investigação científica se torna mais claro e, no caso das pesquisas qualitativas, mais fortemente consolidado.

A investigação, a solução de problemas e a construção da realidade são atividades da ciência, bem como questionar o senso comum (POPPER, 1975). A ciência não busca a verdade, se assim fosse transformar-se-ia em senso comum. Deve ser sempre contestada, o que gera conflitos e contradições e a busca por novos métodos, teorias, abordagens, perspectivas e paradigmas (MINAYO, 2004).

Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) apontam que a prática científica somente pode ter início após a ruptura com o senso comum. A abordagem qualitativa, por ser

eminentemente indutiva, aproxima-se perigosamente do senso comum e a utilização de modelos como o quadripolar, definindo com clareza os polos com seus respectivos métodos, quadros de referência, quadros de análise e modos de investigação, pode evitar que o senso comum interfira no processo de construção do conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

- ARON, R. **Main currents in sociological thought**. London: Penguin Books, 1965.
- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARBOSA, M. A. C. et al. Nem só de debates epistemológicos vive o pesquisador em administração: alguns apontamentos sobre disputas entre paradigmas e campo científico? **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, n. 4, p. 636-651, 2013.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERTERO, C. O. Tipologias e teoria organizacional. **Rev. Adm. Empres.**, v. 21, n. 1, p. 31-38, 1981.
- BOULDING, K. E. General systems theory - the skeleton of science. **Management Science**, v. 2, n. 3, p. 197-208, 1956.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis: elements of the sociology of corporate life**. Burlington: Ashgate, 2005.
- CANGUILHEM, G. **Estudos de história e de filosofia das ciências: concernentes aos vivos e à vida**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- CLEARY, M.; HORSEFALL, J.; HAYTER, M. Qualitative research: quality results? **Journal of Advanced Nursing**, v. 70, n. 4, p. 711-713, 2014.
- DARTIGUES, A. **O que é a fenomenologia?** São Paulo: Editora Moraes, 1992.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. **O planejamento da pesquisa qualitativa - teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FLICK, U. **An introduction to qualitative research**. London: Sage, 2014.

_____ ; KARDORFF, E.; STEINKE, I. What is qualitative research? An introduction to the field. In: _____. **I. A companion to qualitative research**. London: Sage, 2004.

GEERTZ, C. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GRANGER, G.-G. **A ciência e as ciências**. São Paulo: Unesp, 1994.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

HODGES, W. **A shorter model theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

KANT, I. **Crítica da faculdade do juízo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LADRIÈRE, J. Prefácio. In: BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio teórico? **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1988.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORGAN, G.; SMIRCICH, L. The case for qualitative research. **Academy of Management Review**, v. 4, p. 491-500, 1980.

PALÁCIOS, M. O programa forte da sociologia do conhecimento e o princípio da causalidade. In: PORTOCARRERO, V. **Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

POPPER, K. R. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

_____. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2004.

RIOS, T. A. A ética na pesquisa e a epistemologia do pesquisador. **Psicologia em Revista**, v. 12, n. 19, p. 80-86, 2006.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo: Centauro, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2004.

IMPRESS